

Os novos heróis ambientais

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

“Chico” Mendes e [Dorothy Stang foram brutalmente assassinados porque os interesses que defendiam se opunham frontalmente aos de fazendeiros locais](#) com poucos escrúpulos. O que estava em disputa era, incontestavelmente, o direito ao uso e usufruto de uma porção de terra. Então, cabe perguntar se o uso a ser dado a essa terra e aos seus recursos, por ambos os grupos de interesse, teria sido tão diferente, transformando uns em protetores da natureza e os outros nos seus inimigos. Qualquer resposta honesta a essa pergunta é que pouca coisa mudaria no destino final da floresta, ou seja, a exploração da madeira seguida por sua conversão a usos agropecuários. Então, porque Chico Mendes virou um herói ambiental de tanta significância no seu país e no mundo e a irmã Dorothy Stang é proclamada, até na CNN e na BBC, como defensora da floresta amazônica?

Chico Mendes não era, nem pretendeu ser, um “ambientalista” até que seus assessores intelectuais (norte americanos e brasileiros) descobriram ser essa a melhor tática a empregar na sua luta contra os fazendeiros, que reclamavam a mesma terra e recursos, para assim receber o apoio das autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que financiava a construção de uma estrada no Acre. A justificação era curta e grossa: Naqueles dias, onde trabalhavam os seringueiros existia mata, consequentemente “ficava demonstrado que eles a exploravam, conservando-a”. A diretoria do Banco, acusada de contribuir para o desmatamento da Amazônia, favorecer os seus depredadores e preocupada com a sua imagem, decidiu ameaçar o governo com a paralisação do empréstimo se não se atendesse os reclamos. Constatado o sucesso da ação, Chico Mendes, que era um orador notável, passou a explorar o tema ambiental em todas suas intervenções públicas, aportando muito à mitologia da intimidade harmoniosa entre o ambiente e o desenvolvimento social.

O resultado prático da luta de Chico Mendes foi a adoção no Brasil de uma nova categoria de “unidade de conservação”: as reservas extrativistas. Em honra à verdade, as reservas extrativistas não se iniciaram como unidades de conservação. Era uma alternativa tecnocrática que resolia o conflito, legalizando o uso da terra pelos seringueiros, transformados em “extrativistas”. A idéia, então já aplicada em outros países da América do Sul, era que sob circunstâncias especiais populações indígenas e tradicionais poderiam, com planos de manejo de aplicação supervisada por entidades especializadas do governo, explorar com exclusividade os recursos naturais renováveis diferentes da madeira (por exemplo, borracha e castanha do Pará) e/ou caçar e pescar em áreas públicas definidas e demarcadas, próximas a suas comunidades. Essas áreas eram conhecidas como reservas comunais e nelas não se permitiam populações residentes. Era reconhecido que o outro objetivo dessas reservas era ampliar o espaço vital à disposição de comunidades pobres, garantindo exclusividade de uso dos recursos naturais para elas e, por isso, essas áreas não eram consideradas “unidades de conservação” e, sim, apenas um insumo a mais de uma estratégia de conservação da natureza.

Ou seja, as reservas extrativistas nasceram sem pecado original. Tratava-se de uma estratégia válida em termos sociais e interessantes para a natureza, pois implicava em um freio à expansão desenfreada da pecuária e da agricultura, embora se pudesse duvidar da sua viabilidade econômica e ambiental no longo prazo. O problema surgiu quando seus promotores passaram a advogar sua transformação em unidade de conservação, o que foi consolidado no ano 2000, com a lei do sistema de unidades de conservação que, no mesmo ato, também transformou as florestas nacionais e estaduais em outra categoria de unidade de conservação. As unidades de conservação de verdade são propostas e estabelecidas para proteger a perpetuidade (se possível) amostras representativas da natureza, dos ecossistemas naturais e da biodiversidade contra a ação humana (de quem mais seria?). As reservas extrativistas, pelo contrário, se estabelecem onde existem presença e atividade humana, para resolver um problema social concreto, baseado na exploração direta, sustentável se possível, dos recursos naturais. Seu valor para o objetivo de preservar a natureza é, evidentemente, menor e, é usualmente, apenas temporário.

O anterior fica evidente considerando o que já se observa com as florestas transformadas em reservas extrativistas. Das muitas que foram estabelecidas no Brasil, as mais antigas já perderam amplas porções dos seus territórios para a expansão agropecuária dos próprios extrativistas, que como muitos especialistas previam, mal conseguem sobreviver catando castanha (sem deixar nada para a regeneração das árvores) ou sangrando (muitas vezes até a morte) as seringueiras. Existem provas incontestáveis, visíveis até a olho nu, para quem queira saber a verdade, sobre a situação cada vez menos natural dessas “unidades de conservação” onde, ademais, agora se está tolerando a exploração florestal, obviamente sem manejo efetivo. A caça e a pesca, já não apenas para sustento familiar, têm sido de prática nessas reservas e, atualmente, a fauna de interesse comercial já foi praticamente eliminada. O apoio do governo federal ou estadual (também existem reservas extrativistas estaduais) tem-se limitado a subsídios generosos e a infra-estrutura social. De fato, na sua maioria, essas reservas não dispõem de plano de manejo e, de qualquer modo, estes não são respeitados. O governo não tem controle efetivo sobre o que acontece nessas áreas. Apesar de tudo é verdade que, se comparado ao que aconteceu em outras áreas sem proteção sequer legal, o que subsiste da natureza está melhor nelas que fora delas. Mas, por quanto tempo?

Hoje, os extrativistas que ganharam a posse da terra que antes exploravam sob a sombra dos fazendeiros têm a certeza absoluta que nunca mais será discutido seu direito a ficar nela. Podem até não cumprir ostentosamente a já tão permissiva legislação, como no caso dos muitos deles que criam gado para comercialização de carne, sabendo que ninguém poderá tirar-los de lá, nem evitar que ano após ano derrubem mais mata que estorva a expansão de pastagens e cultivos. Na prática, estes ex-seringueiros ou, por enquanto, pequenos fazendeiros, são agora os “donos” da terra e, claro, estão politicamente muito bem organizados e preparados para rejeitar, com eficiência, qualquer intenção de por ordem ou aplicar a lei, que limita a expansão agropecuária. Em muitas das reservas extrativistas de hoje já se superou longamente os 20% de desmatamento para fins agropecuários que a lei permite em qualquer propriedade rural da Amazônia. Assim sendo, no final das contas, Chico Mendes foi o artífice de uma grande reforma agrária branca ou

branda e é por isso que deveria ser reconhecido e, com sinceridade, também admirado e respeitado.

O caso de Dorothy Stang como ambientalista é ainda mais curioso. Ela nem sequer usou ou abusou de discursos esverdeados, como os que sugeriam os intelectuais que assessoravam Chico Mendes. O objetivo da freira, muito louvável sem dúvida, era ajudar os pobres a viver melhor, vencendo flagrantes injustiças no campo. Ela, como Chico Mendes, era uma lutadora social. Ela queria terra para os sem terra; queria terra “improdutiva” ou “abandonada”, ou seja, com cobertura florestal, para seus pobres. Nada errado tem essa intenção; bem ao contrário, é louvável. Mas, o triunfo das suas idéias não implicaria nenhum benefício para a natureza ou o meio ambiente. As árvores derrubadas e os ecossistemas transformados em campos de cultivo ou pastagens para gado não sentem, nem apreciam a diferença entre os machados dos pobres e os tratores dos ricos. Apenas morrem irremediavelmente e deixam de dar seus serviços ambientais para a sociedade. Porque, então, Dorothy Stang está virando heroína ambiental?

Os que foram assassinados no Brasil por defender a floresta, tão só em 2006, como [Eduardo Marcelino Ventura Veado](#), em Minas Gerais ou [Dionísio Júlio Ribeiro](#), no Rio de Janeiro, apenas mereceram um breve comunicado nos jornais e, certamente, seu nome nem sequer será dado a uma praça da localidade. Como tantos outros que deram toda a vida para defender o patrimônio natural (oito foram assassinados apenas na mesma unidade de conservação onde Dionísio Júlio Ribeiro trabalhava), não serão reconhecidos como heróis nacionais ou internacionais e não terão manifestações públicas, bandeirolas e depredação de locais públicos, para que a condenação dos seus assassinos seja a máxima que a lei (e a pressão política) permite. O assassinato brutal de Eduardo Marcelino e da sua esposa, disfarçado como acidente, ficou sob a tutela do mesmo assessor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República que conseguira fazer atender, brilhantemente, o caso de Dorothy Stang, mas que nada obteve no caso do ambientalista. Bem no contrário, não faltaram os pensadores sociais que justificaram a ação dos assassinos, obrigados pela pobreza e a injustiça, a matar para sobreviver, cortando palmito ou caçando muriquis, também já quase extintos, nas áreas protegidas por ambientalistas insensíveis. É exatamente o mesmo critério que transforma as mulheres estupradas e os seqüestrados torturados em culpáveis das misérias a que são submetidos e que, pelo mesmo artifício, faz dos delinqüentes apenas vítimas trágicas da sociedade.

À margem das vantagens táticas de construir uma imagem de ambientalistas e defensores da floresta amazônica para Chico Mendes e Dorothy Stang, cabe perguntar por que existe tanto empenho nessa pretensão. Obter simpatia e apoio internacional é importante, mas, parece ter algo mais. Provavelmente a resposta seja que o chamado socioambientalismo, tendência agora importante no cenário ambiental, esteja precisando de novos heróis para fomentar suas teorias que incluem a extravagante idéia de que a natureza se beneficia das agressões dos seres humanos, sempre e quando eles sejam pobres. Assim, desmatamentos feitos por populações “tradicionalis” e indígenas enriquecem a biodiversidade e mantém o funcionamento dos serviços ambientais. Desmatamentos feitos por ricos destroem a biodiversidade e anulam os serviços

ambientais. Essas idéias são agora dogmas que alimentam uma nova teologia que parece estar necessitando também de santos. E não se deve acreditar que isso é uma invenção latino americana. O socioambientalismo tem suas raízes nos mesmos ambientes europeus e norte americanos que são denunciados pelas esquerdas como imperialistas. Nasceu no mesmo berço dos ricos e poderosos que financiam a muitas das organizações não governamentais transnacionais que agora racham suas vestiduras verdes mostrando o vermelho por baixo.

O mundo precisa, sim, de mais pessoas como Chico Mendes e Dorothy Stang. Lutadores como eles, inclusive sem ter sido vítimas mortais da estupidez, merecem todo o respeito e o reconhecimento da sociedade. Eles são heróis, sim, mas não são heróis ambientais. Nem precisam sê-lo.